

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Órgão SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0706168-98.2016.8.07.0016

RECORRENTE(S) DISTRITO FEDERAL

RECORRIDO(S) EXITO IMOBILIARIA LTDA - EPP

Relator Juiz ARNALDO CORREA SILVA

Acórdão Nº 954379

EMENTA

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. RECOLHIMENTO DO ICMS SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA. REJEITADA. PARCELAS (TUSD – TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO - TUST). SÚMULA 166/STJ. ILEGALIDADE. NÃO COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS. JUROS DE MORA E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRÂNSITO EM JULGADO (SÚMULA 188/STJ). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Preliminar de ilegitimidade ativa do recorrido: O STJ consolidou o entendimento ao firmar a legitimidade ativa do consumidor final para pleitear a restituição do ICMS pago indevidamente em razão da repercussão financeira do imposto que é arcado pelo consumidor final ([STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1075223 MG 2008/0161184-5 \(STJ\)](#)). **Preliminar rejeitada.**

2. O ICMS tem como fato gerador a circulação da energia elétrica e não o seu serviço de transporte de distribuição. Ou seja: A Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD não pode servir de fato gerador do ICMS, a teor da Súmula 166/STJ, que reconhece que "não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte".

3. Os juros de mora, em se tratando de repetição de indébito tributário, incidem somente após o trânsito em julgado da sentença, consoante Enunciado nº 188 da Súmula do c. Superior

Tribunal de Justiça.

4. Recurso conhecido e provido em parte para determinar que os juros de mora incidam após o trânsito em julgado da sentença.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ARNALDO CORREA SILVA - Relator, AISTON HENRIQUE DE SOUSA - 1º Vogal e JOAO LUIS FISCHER DIAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ARNALDO CORREA SILVA, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 13 de Julho de 2016

Juiz ARNALDO CORREA SILVA
Presidente e Relator

RELATÓRIO

RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela parte ré (DISTRITO FEDERAL) pedindo a reforma da sentença e para tanto aduziu que: a) É legal a inclusão da TUSD e da TUST na base de cálculo do icms, quando da cobrança de energia elétrica; e, b) Sustenta que no caso de ação de repetição de indébito, a correção monetária e os juros devem incidir a partir do trânsito em julgado da sentença (Súmula 188 STJ). Requer o provimento do recurso, para que os pedidos iniciais sejam julgados improcedentes.

Contrarrazões apresentadas (ID 548041).

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Juiz ARNALDO CORREA SILVA - Relator

Conheço do recurso porque presentes os pressupostos processuais.

Quanto à preliminar de ilegitimidade ativa do autor, entendo sem razão o recorrente.

O STJ consolidou o entendimento de que o consumidor final é parte legítima para pleitear a restituição do ICMS pago indevidamente em razão da repercussão financeira do imposto que é arcado pelo consumidor final ([STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1075223 MG 2008/0161184-5 \(STJ\)](#)). Dessa forma, rejeito a preliminar de ilegitimidade ativa arguida pelo recorrente.

No mérito, sem razão o recorrente. O ICMS tem como fato gerador a circulação da energia elétrica e não o seu serviço de transporte de distribuição. Ou seja: A Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD não pode servir de fato gerador do ICMS.

Nesse sentido é a Súmula 166/STJ, que reconhece que "*não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.*" Sendo assim, a sentença não merece reforma neste ponto.

Por outro lado, entendo que, no que tange aos juros de mora, a sentença merece reparos. E isto porque os juros de mora, em se tratando de repetição de indébito tributário, incidem somente após o trânsito em julgado da condenação, consoante Enunciado nº 188 da Súmula do c. Superior Tribunal de Justiça.

Com base nestes argumentos, conheço do recurso do recorrente (Distrito Federal) para, apenas no que tange aos juros de mora, determinar que sua incidência se dê após o

trânsito em julgado da sentença.

Deixo de condenar em honorários advocatícios, ante a ausência de recorrente vencido.

É como voto.

O Senhor Juiz AISTON HENRIQUE DE SOUSA - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Juiz JOAO LUIS FISCHER DIAS - 2º Vogal

Com o relator

DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME